

Educação e cidadania: Consciência nacional no contexto europeu¹

Maria Adelaide Pires²

É meu intento fazer, neste pequeno texto escrito, aqui e ali, uma ou outra provocação por afirmações feitas; apresentar alguns dados que, reflectindo a realidade, nos mereçam alguma discussão e, possivelmente, algumas sugestões.

Este meu reflectir, é provocado por anseios, algum desencanto e descrença pelo desenvolvimento Educacional neste País. Educar não é apenas instruir, não é dotar o indivíduo com muitos conhecimentos mas sim proporcionar-lhe um *desenvolvimento global e harmonioso*.

Assim, a minha reflexão e inquietação faz-me questionar:

Qual a função da escola?

Qual políticas a adoptar para a realidade da multiculturalidade e qual a formação do professor para responder eficientemente?

Como criar uma cidadania responsável na multiculturalidade?

Que espaço curricular?

Que este Artigo faça, pelo menos, reflectir a quem o ler se nada mais for possível.

1. Introdução

É meu intento fazer nesta intervenção escrita, aqui e ali, uma ou outra provocação por afirmações feitas; apresentar alguns dados que reflectem situações reais e pedir reflexão cuidada; algumas sugestões também vão sendo apresentadas que exigirão ser mais esclarecidas.

1 Este artigo é dedicado ao Ilustre Professor Doutor Nicolau Vasconcelos Raposo. Homem Nobre e Grande Educador a quem todos nós muito devemos pela sua doação e pelo seu exemplo que muito me marcou.

2 Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação – Universidade de Lisboa

Este meu pensar, este meu reflectir provocado por anseios, algum desencanto e descrenças, leva-me a que me dirija a todos aqueles que se interessam pela educação. Educação não apenas como um conjunto de conhecimentos adquiridos mas educação como o *desenvolvimento harmonioso do indivíduo* onde o físico, o intelectual e o moral se juntam para formar o cidadão consciente, justo e cooperante.

Começarei por perguntar:

Qual a função da escola?

- Ensinar conhecimentos científicos que levam à aquisição de muitos saberes?
- Formar cidadãos conscientes?
- Seguir os programas oficiais separando a vida da escola? Será este o seu papel?
- Como preparar o aluno para uma cidadania activa, participativa e responsável?
- Será, portanto, ensinar ou formar?

Penso que haja unanimidade na resposta.

Mas:

- Estarão os nossos professores preparados para mais esta exigência nacional e europeia, educar para a *Cidadania*?
- Será que a escola e seus currículos respondem pronta e atempadamente às necessidades urgentes da educação, na formação de cidadãos portugueses, europeus e do Mundo?
- Não estará a escola a distanciar-se do seu verdadeiro papel de educar harmoniosamente o indivíduo?
- Como é oficializado, pelo professor, o currículo oficial? Que falhas no currículo escolar? São estudadas as situações problemáticas de cidadania? Haverá lugar para flexibilização de currículos ou mesmo para Currículos alternativos como resposta a situações específicas? Como confrontá-las? Como avaliá-las? Há preparação adequada e vontade de inovar e solucionar?

Por actos menos correctos culpabilizam-se os alunos de etnias diferentes. Que medidas têm sido adoptadas, pela escola, para integrá-los na sociedade que, na maior parte dos casos, os viu nascer?

Desresponsabilizam-se os professores porque têm um programa a cumprir; as famílias porque trabalham e não têm tempo; o estado porque a responsabilidade é

das escolas. E os problemas avolumam-se, a sociedade sofre, a desistência escolar aumenta e nas ruas vêem-se cada vez mais adolescentes cujo lugar seria na escola. O fracasso escolar é notório e, em vez de rever metodologias e modelos de ensino, facilita-se a avaliação porque os resultados incomodam.

A escola desculpabiliza-se pela forma como os seus alunos actuam fora das suas portas e, não raras vezes, pela insegurança vivida na própria instituição.

As famílias culpabilizam todos alheando-se do real comportamento escolar e, o que é mais grave, ajudando-os a ter atitudes inconvenientes e provocatórias que levam a actos irresponsáveis, tantas vezes.

O futuro está na educação e este cenário dará lugar a um outro, bem mais dourado, se dermos as mãos e não se apontem culpados mas responsáveis. O empenho de todos - Estado, escola, famílias, entidades patronais e de segurança, farão da escola um lugar aprazível pois o seu papel não é apenas ensinar ou transmitir saberes. Os conhecimentos científicos podem ser inimigos da educação se esta a eles se subordinar. E acontecimentos sociais dão-nos conta desta verdade. O avanço da tecnologia, mal aproveitado, tem estado, em grande medida, ao serviço da destruição e à mercê de espíritos nefastos.

Daqui resulta que algo tem falhado na educação quando temos professores excelentes (e disso não temos dúvida) no campo do saber.

Nos últimos dias a imprensa tem enfatizado a posição do Ministério ao pôr a língua inglesa nas escolas desde o 1.º ciclo apontado como algo inovador e sinal de progresso, mas... Sr. Ministro, e a Educação Cívica? Como interiorizar uma verdadeira cidadania? Sem estes ensinamentos o fracasso prossegue; a integração das várias etnias continuará sem se fazer esperando por melhores dias. E os guetos formam-se onde impera a intolerância, a xenofobia, a irresponsabilidade e onde se assiste à deformação das consciências.

O ensino de boas atitudes, de bons modos, de civismo, de tolerância, tem que voltar aos bancos da escola sem receio que nos alcunhem de desactualizados ou outros epítetos não menos desagradáveis. Sabemos que os bons modos, as boas atitudes e os valores é algo que vem da família mas que a escola não pode nem deve descurar. Eles não são pertença de certas classes sociais mas de todos os cidadãos.

Não devemos ocultar o nosso desejo de criar uma disciplina específica, no currículo nacional, para a Formação do Espírito Nacional integrador e sem xenofobias, um

Espírito Europeu e seremos possuidores dum Espírito Global/Mundial onde teremos cidadãos distintos, críticos, espíritos saudáveis, tolerantes e respeitadores.

Esta é uma necessidade premente. Fazer do indivíduo um poço de ciência não é formar porque nem sempre esse indivíduo é um bom cidadão.

A ciência sem consciência é a ruína da alma.

Tantas vezes os grandes avanços científicos culminam em destruição e malvadez.

Construir saber, pesquisar com objectivo de conseguir novos conhecimentos tem que ser feito em paralelo com a formação de espíritos esclarecidos e com valores. Esta é a chave para uma sociedade onde todos possamos viver. Compete à escola fomentar, nos alunos, atitudes de participação, responsabilidade, cooperação, diálogo, tolerância, respeito... etc., ou seja, envolvê-los numa verdadeira educação para a cidadania. Para se viver em democracia é necessário educar e construir mentes sãs em corpo são. Saber muito não é sinónimo de bom cidadão.

Então como actuar?

Criar uma Disciplina - *Educação Cívica* ou *Educação e Cidadania* - e, em paralelo, um Projecto Escola onde se ponham em prática alguns conhecimentos adquiridos.

2. Educação e cidadania na multiculturalidade

Após a Grande Guerra, mais propriamente na década de 50, alguns países da Europa e seus governos começaram a sentir a necessidade de uma maior união entre si. Assim, em 1951, Robert Schuman, ministro do governo francês, propôs a criação da Comunidade Europeia do Aço e do Carvão. Estava dado o primeiro passo.

Em 1957 foi constituída a Comissão Económica Europeia (CEE), pelo Tratado de Roma e assinado por 6 países (Alemanha, França, Itália, Luxemburgo, Bélgica e Países Baixos) o qual visava, essencialmente, o desenvolvimento económico, social e cultural da população europeia.

Com passos inteligentes e devidamente consolidados, chegou-se à União Europeia à qual, em 1986, Portugal e Espanha aderiram. Outros países se seguiram fazendo hoje um total de 15 países estando outros 10 para nova adesão nos tempos mais próximos.

Em 2002 foi aceite, pela maioria, a moeda única - o euro.

Noutras épocas históricas tem havido tentativas de unificação desde a Romanização a Carlos Magno, à unificação da Península Ibérica e outras que falhavam sempre que era tentada uma unificação forçada pela introdução de nova língua, nova religião, novo direito civil, novos usos e costumes, tentando sobrepor-se aos valores éticos e étnicos dos povos autóctones. Estas e outras decisões levavam a que estes povos enveredassem por revoltas com vista à reposição da sua liberdade.

Hoje a União Europeia está alicerçada em novos valores. Não pretende a subjugação de um povo pelo outro. Cada país deve afirmar-se por si, trabalhar para o seu desenvolvimento e consolidar a paz, que está associada à confiança, dentro do seu território. Esta união abriu as fronteiras e fez com que haja livre circulação de pessoas, capitais e bens. Assim, cada país da União Europeia deve guindar a Educação ao ponto mais alto das suas preocupações e colocá-la no centro das atenções dos políticos de modo a criar uma identidade nacional, reforçando a fidelidade à matriz histórica do seu País através de:

- uma Educação para uma Cidadania responsável;
- um processo didáctico inteligente;
- uma valorização de cada cultura relacionando-a com os Direitos Universais do Homem.

Em concordância com o exposto, será necessário apostar e confiar na escola e seus professores; será necessário olhar a Cidadania segundo um novo conceito; será necessário e urgente empenharmo-nos numa nova Educação que dê resposta aos graves problemas que afectam uma sociedade multicultural.

É na escola que se constrói o futuro de um país. É na escola que o processo educativo se desenvolve envolvendo e responsabilizando todos - educadores e educandos - na formação de cidadãos capazes de combater o terrorismo e a intolerância, de contribuir para o progresso da sociedade onde estejam inseridos, conhecedores de si e das suas capacidades bem como do papel a desempenhar.

É este o grande desafio da escola a par da transmissão de conhecimentos necessários ao cidadão de hoje - cidadão conhecedor e participativo mas tolerante, justo e responsável.

3. A multiculturalidade em Portugal

Após o 25 de Abril assiste-se, em Portugal, à inversão do ciclo migratório das populações. Das ex-colónias regressam 650.000 portugueses aos quais se alia o crescimento da imigração. No início dos anos 90, os residentes estrangeiros já representavam dois por cento da população total. No final da década, com a imigração de leste, chegavam aos quatro por cento dos residentes.

A diversidade de culturas é grande o que acarreta imensas dificuldades num País pequeno como o nosso. A intensificação destes fluxos migratórios, o prolongamento da estadia das populações imigrantes e a crescente importância de reagrupamento familiar deram lugar a uma segunda geração de imigrantes - jovens nascidos em Portugal ou chegados antes da adolescência. A escola é o lugar onde mais se faz sentir o impacto cultural bem como a diversidade de comportamento. Creio ser oportuno questionar se a escola tem sido efectiva no princípio inclusivo ou se, pelo contrário, tem sido veículo de diferenciação com consequências por vezes desastrosas.

O carácter multifacetado da raça e sua influência na Educação e na Sociedade requer uma resposta multidireccional e rápida reconhecendo que os indivíduos das minorias não só estão, muitas vezes, oprimidos como sujeitos raciais, mas também são vistos como pertencendo a uma classe social baixa, sem privilégios, sentindo-se marginalizados pela sociedade e, tantas vezes, pela própria escola. Apesar de alguns esforços que vêm sendo feitos, a escola parece não ter integrado toda esta população ocasionando um desempenho escolar com baixo sucesso. Ainda é frequente a imagem estereotipada do desempenho escolar destes alunos segundo a sua origem familiar veiculada tanto por órgãos da comunicação social como por actores da própria escola.

Vários trabalhos se têm realizado sobre os filhos dos imigrantes e outros grupos pertencentes a minorias étnicas e que demonstram serem alguns desses grupos, os que mais cedo abandonam a escola com consequências que daí advêm ao nível da integração social. Também, segundo dados apurados, esses alunos apresentam grande percentagem de absentismo sendo o abandono escolar particularmente incidente ao nível do 3.º ciclo. Esta realidade é consequência das dificuldades na Língua Portuguesa, da pouca colaboração da família com a escola e, não raras vezes, da necessidade de ajudar o agregado familiar em termos económicos.

3.1. Residentes estrangeiros em Portugal

Segundo os últimos recenseamentos, a população estrangeira em Portugal aumentou significativamente na última década com as vagas imigratórias, em especial da Europa de Leste e do Brasil. Em 2002 o número de estrangeiros em situação regular, segundo os dados do Serviço de Estrangeiros e Fronteiras, tinha ultrapassado os 400 000 indivíduos equivalendo a mais de 4% do total da população portuguesa.

A tabela 1 dá-nos uma ideia dos estrangeiros residentes em Portugal. Estes dados não correspondem à realidade porque, convém salientar, nem todos, nos momentos censitários, foram recenseados por, muitos deles, se encontrarem em situação irregular e outros, como acontecia com os cidadãos vindos das ex-colónias portuguesas, possuem estatuto de cidadão português sem deixarem de actuar como estrangeiros.

Tabela 1 - Estrangeiros Residentes em Portugal. Dez nacionalidades mais representativas (2001)

Autorização de permanência			Autorização Regularizada		
Total	126 901	100%	Total	223 602	100%
Ucrânia	45 233	36%	Cabo Verde	49 930	22%
Brasil	23 713	19%	Brasil	23 541	11%
Moldávia	8 984	7%	Angola	22 630	10%
Roménia	7 461	6%	Guiné-Bissau	17 580	8%
Cabo-Verde	5 488	4%	Reino Unido	14 952	7%
Rússia	5 022	4%	Espanha	13 584	6%
Angola	4 997	4%	Alemanha	11 143	5%
China	3 348	3%	EUA	8 058	4%
Guiné-Bissau	3 239	3%	França	7 771	3%
Paquistão	2 851	2%	S. Tomé e Príncipe	6 230	3%

Fonte: Relatórios Estatísticos, SEF. (cálculos dos autores)

Nota: Segundo informações obtidas, os imigrantes oriundos da China e da Índia têm aumentado consideravelmente nos últimos dois anos não estando disponíveis dados reais.

3.2. A Multiculturalidade nas Escolas Portuguesas

A Escola e os Imigrantes

Normalmente, o imigrante faz-se acompanhar dos membros da sua família, entre eles, crianças em idade escolar. Mesmo quando emigra só, pouco tempo depois a sua família junta-se-lhe. Com efeito, estas migrações trazem, aos países mais afectos à imigração, um número considerável de crianças que passam a frequentar as escolas locais.

Portugal é um desses países.

Consciente e conhecedora desta realidade, a União Europeia estabeleceu, há anos, a obrigação dos estados membros acolherem, nas mesmas condições que os nacionais, as crianças estrangeiras oriundos de qualquer país da União, aconselhando igual procedimento para todos os demais estrangeiros.

Apesar dos esforços do Parlamento Europeu, não podemos falar de uma política educativa multicultural nos países da União, embora algumas medidas tenham sido tomadas, tais como:

- Facilitar a integração destes alunos no sistema escolar;
- Conservar a sua cultura própria e, em primeiro lugar, manter e aperfeiçoar o conhecimento da língua da sua comunidade de origem;
- Facilitar e fortalecer o conhecimento mútuo entre os alunos autóctones e os imigrantes;
- Fomentar e orientar a Educação Multicultural no sentido de oferecer uma melhor preparação para conviver numa sociedade multicultural.

É urgente implementar estas medidas. O primeiro passo deverá ser o de apostar na formação de Professores fornecendo-lhes capacidades e destrezas para levar a cabo programas específicos que dêem resposta adequada a estes problemas que começam a preocupar a sociedade.

Em muitas escolas portuguesas o elevado número de alunos nestas condições, constitui um problema relevante que suscita preocupações a nível pedagógico em particular e à sociedade em geral.

Do total de 1 775 990 alunos matriculados no ensino não superior, 101 729 (5,7%) pertencem a grupos culturais/nacionalidades estrangeiras, sendo a representatividade dos países lusófonos muito significativa (45% do total). Dentro deste grupo

destacam-se os oriundos da república Popular de Angola (16,3%) e os de Cabo Verde (13,2%).

Grupos culturais/nacionalidades, por níveis de ensino

Pré-Escolar - 11%

1.º Ciclo - 39%

2.º Ciclo - 15%

3.º Ciclo - 23%

Secundário - 12%

3.3.Cidadania Responsável na Multiculturalidade

Pelos dados apresentados podemos verificar a multiplicidade de etnias e culturas e como é urgente uma educação para a cidadania tentando integrar nessa e com essa educação os estrangeiros que vivem no nosso país e na Europa. Só pela Educação esse trabalho será frutífero na construção duma sociedade europeia onde todos trabalhem, onde todas as culturas sejam respeitadas tendo como ponto de referência os Direitos Universais do Homem.

A Lei de Bases do Sistema Educativo Português faz várias referências à Educação para a Cidadania mas a preocupação apreçoada não tem sido directamente proporcional à prática exercida.

Parece-me consensual que a Educação Multicultural passe por uma Educação para a Cidadania pois é fundamental formar o cidadão para que ele possa actuar de forma emancipada, reflexiva, crítica de si e dos outros, activa e participativa; capaz de ser elemento pensante e sólido de uma sociedade com valores e que fazem de qualquer homem um verdadeiro cidadão com direitos civis, políticos e sociais ou o próprio direito a ter direitos reconhecendo e cumprindo seus deveres.

Cidadania e Responsabilidade

A Cidadania resulta dos compromissos históricos que cada sociedade estabelece, em Normas de Direito Público, entre os múltiplos factores da vida nacional e os valores assumidos pelas consciências individuais. O exercício da cidadania envolve todos os aspectos da acção humana que se cruzam na existência e na vivência em sociedade. Formar para a cidadania exige, pois, que seja debatida a racionalidade

na escolha tanto dos meios de acção como dos fins sociais; implica chamar a atenção para as responsabilidades dos cidadãos, decorrentes dos direitos e deveres consignados na Constituição e analisar a estrutura e modalidades de intervenção dos poderes políticos. Mas se os direitos de cidadania são, geralmente, força integradora, as reivindicações que originam são também motoras de conflitos sociais.

É evidente que o desenvolvimento da cidadania se processa em interdependência com a comunidade europeia e internacional. Não se trata apenas do facto de nações situadas na mesma área cultural e geopolítica terem ciclos históricos semelhantes. Hoje, a Educação para a Cidadania tem que fomentar uma formação sólida para que, com todos os cidadãos, se construa uma Educação Multicultural e se possa viver em paz na Aldeia Global em que o Mundo se tornou.

Mas para que se construa uma boa formação para a cidadania esta deve envolver, necessariamente, aspectos pedagógicos. A escola é o primeiro país que as crianças conhecem fora de casa; nela se alcança a integração quer pela aceitação de valores comuns quer pela aceitação e reconhecimento de desigualdades. Nela se prepara o futuro. Nela se aprende a viver em grupo, em sociedade, a ter o seu lugar, a saber ouvir e a reflectir. Para isso tem que se apostar na formação de professores capazes de interpretar os sinais dos tempos e responder com confiança, inovação e comprometimento deitando mão de novas metodologia e novos modelos de ensino; tem que se apostar em boas escolas onde todos possam viver e seja vista por cada aluno como a sua escola; tem que se apostar em currículos que dêem resposta adequada, necessária e oportuna.

3.4. Algumas Variáveis a considerar na Educação para a Cidadania

Identidade Histórica

Todos os Homens de todos os Povos tendem, naturalmente, a preservar, acima de tudo, a sua identidade, o seu direito de ser, isto é, de ser o que na realidade são com seus valores e hábitos, com sua cultura própria. A Educação para a Cidadania com a **Vertente Histórica** leva a que um determinado cidadão se encontre a si mesmo em qualquer recanto do mundo onde habite. Ele será sempre quem realmente é, respeitando e fazendo-se respeitar. A cultura histórica dá-lhe esse conhecimento de si identificando-se no turbilhão de qualquer sociedade que não a sua.

A Tolerância

A Tolerância é uma das vertentes importantes da Educação para a Cidadania. A tolerância instaura-se a partir do reconhecimento da existência do outro, que além de ocupar um espaço, tem direitos e deveres mas é essencialmente diferente de nós. Ser tolerante não se trata de dissolver o outro nas nossas análises, de situá-lo no nosso cenário, de traduzi-lo na nossa linguagem mas de respeitá-lo como outro, de reconhecer as suas ideias e opiniões diferentes das nossas, de estar disponível em reflectir mesmo que alimentemos diferentes projectos. Este problema é de crucial importância tendo dado origem a Documentos Fundamentais como a Declaração dos Direitos Humanos o qual, com os seus cerca de trinta artigos, deveria ser matéria curricular obrigatória de qualquer instituição educativa.

A dimensão verdadeiramente relevante da tolerância refere-se sempre ao exercício duma autoridade responsável e com envolvimento total, uma autoridade deontológica.

Formação de Carácter

A formação do cidadão não se deve ficar pela transmissão de noções de valores. É necessário criar hábitos e atitudes através de experiências e práticas. A formação do Carácter é um processo que se desenvolve com o comprometimento de todos.

4. Educação e cidadania, que espaço curricular?

A Educação descuidou ensinamentos respeitantes á Educação e Cidadania. Acontecimentos nacionais, europeus e mundiais obrigaram os responsáveis a reforçar propostas que garantam valores democráticos inserindo uma nova área curricular *Educação para a Cidadania* ou *Educação Cívica*. Ela não é nova...foi apenas descuidada com alguns reflexos perigosos e desvios sociais. Os valores históricos, morais e cívicos estão bastante arredados da nossa sociedade. Após o 25 de Abril houve um período movediço em que tudo se questionava - valores, história, costumes como se fosse possível construir uma sociedade nova numa noite. A liberdade era um novo conceito ao qual tudo se sacrificava. Os direitos eram realçados e os deveres esquecidos.

É urgente que o currículo escolar faça a simbiose entre a Educação para a Cidadania com seus valores e princípios cívicos e humanos e a Educação nos Valores Morais e Formação Ética.

É urgente desenvolver esforços no campo da Educação – legislativos e curriculares – dando resposta a novos problemas sociais ocasionados pelo desemprego, pela violência, ruptura da estrutura familiar tradicional, individualismo, desintegração de grupos étnicos.

É urgente evitar que continuem a se formem bairros de grupos étnicos que actuam como guetos onde existem leis criadas e impostas por adolescentes e jovens que vagueiam pelas ruas a qualquer hora do dia quando o seu lugar seria na escola. Com efeito, só um comprometimento nacional poderá fazer frente a esta realidade. Educar nos valores democráticos onde a diversidade seja sinónimo de um direito intrínseco, superar as dificuldades inerentes ao choque de várias culturas, desenvolver capacidades de compreensão e tolerância, favorecer a integração destas populações serão acções que importa implementar sem demora.

Esta é uma problemática nacional e europeia que urge discutir e sobre a qual é preciso reflectir para, seguidamente, aparecerem sugestões e concretizar acções ultrapassando a inércia e a passividade, seleccionando e organizando conteúdos e saberes que hão-de assegurar a formação da cidadania.

4.1. Currículo e Cidadania

Compete ao Sistema Educativo legislar, organizar e incluir nos Currículos Oficiais, esta nova assinatura – **Educação para a Cidadania**. Antes, porém, tem que apostar na **Formação de Professores**. Eles serão a chave do sucesso.

Segundo opinião de vários especialistas no campo da educação, manifestada em entrevistas realizadas, (Veiga Simão, Adriano Moreira, Presidente Jorge Sampaio) apontam, inequivocamente, para a criação de uma disciplina com conteúdos e metodologias próprias, com dimensão nacional e europeia ajustando uma acção pedagógica à singularidade e tratamento dos temas.

Nesse currículo não devem descuidar-se temas como: igualdade de oportunidades, educação para a paz, educação ambiental, educação para a saúde física, mental e moral, educação sexual, educação numa dimensão europeia e outros saberes que darão ao aluno um conhecimento de si, seus deveres e direitos adoptando posições críticas, comprometidas e responsáveis.

Também devem ser inseridos conhecimentos de regras de convivência democrática que caracterizam a nossa sociedade, alguns princípios assumidos juridicamente, noções básicas do tratado Constitucional Europeu onde se fala em cidadania euro-

peia bem como dos direitos fundamentais do Cidadão Europeu. Não esquecer que os Direitos Universais do Homem não devem alhear-se deste currículo.

Todos estes conteúdos serão de extrema importância para a condução deste processo educativo os quais ajudarão o aluno a interiorizar normas e conhecimentos. Mas só terão sentido se forem ministrados através de uma Acção Pedagógica cuidada e consciente de modo a ajudar o aluno a formar uma ideia sólida do que implica e significa ser cidadão na sociedade portuguesa a qual está inserida na comunidade europeia, com valores e princípios cívicos e humanos. Assim se formam cidadãos capacitados para observar e analisar, com juízo crítico o que acontece na sua sociedade e no Mundo; capacitados para agir em situações específicas exigindo e cumprindo com autêntico espírito europeu e comprometendo-se como ser social do Mundo.

Neste currículo, inquestionavelmente, deve marcar presença o valor e a importância de pensar, também, a **Europa dos Cidadãos**, reflectir sobre a sua realidade presente e o caminho a seguir em direcção ao futuro encontrando as raízes de uma identidade europeia – uma Europa Unida na Multiculturalidade. Esta união é uma problemática presente com alguns avanços e recuos, preocupações e compromissos, conquistas e fracassos mas que são próprios dum caminho difícil que nos comprometemos a percorrer juntos construindo uma verdadeira consciência europeia cuja concretização depende da aposta que cada país da União fizer na Educação. Só assim parece possível assumir, com coerência, o compromisso cívico que exige a verdadeira cidadania na qual o indivíduo é protagonista.

4.2. Objectivos a considerar numa Educação para a Cidadania

Seguindo Esther Lopez (Universidade de Valladolid) no seu Artigo de 19/6/2005, *La Liberalización de la Geografía y la Historia a través de la presencia de los problemas relevantes en la Educación para la Ciudadania*, Pg.5, podemos propor alguns Objectivos a considerar numa Disciplina

Educação para a Cidadania

A Educação nos valores desenvolver-se-á atendendo a duas dimensões diferentes:

- 1 - Maturidade dos alunos como pessoas íntegras (auto estima, dignidade, liberdade, responsabilidade) e suas relações com os outros (respeito e lealdade, con-

vivência e cooperação. Um verdadeiro saber ser, saber estar e saber viver com os outros.

- 2 - Educar nos valores sociais que permitam aos jovens a participação activa na sociedade democrática interiorizando o conhecimento dos seus direitos e deveres para um exercício eficaz e responsável da cidadania.

A Educação pelos Valores desenvolver-se-á em dois âmbitos:

- 1- Incluir-se-á no Projecto Educativo do centro sendo abordado pela prática docente de todas as Áreas favorecendo, assim, a aprendizagem para conviver como cidadãos críticos, livres, justos e solidários.
- 2 - O currículo desta nova Área aprofundará os princípios de ética pessoal e social e nela se incluirão, entre outros, conteúdos relativos aos Direitos e Liberdades que garantam os regimes democráticos, a superar conflitos, a aceitar igualdade entre os homens e mulheres, a optar pela prevenção da violência, a desejar a tolerância e aceitação das minorias bem como de culturas diversas e da imigração como fonte de enriquecimento social e cultural

Sem dúvida que o desenvolvimento de capacidades em termos democráticos, o desenvolvimento de habilidades sociais e atitudes respeitadas e tolerantes, comprometidas e solidárias constituem critérios sociais para desenvolver a formação cívica do indivíduo numa sociedade caracterizada pela diversidade. Julgamos igualmente importante proporcionar ao aluno, como ficou dito atrás, conhecimentos da Lei de modo a compreender o funcionamento jurídico do nosso Estado de Direito.

Este é o caminho que conduz o aluno à inserção na vida social interiorizando conhecimentos respeitantes ao respeito e cumprimento das Normas, dos Direitos e Liberdades dos indivíduos que vivem na mesma sociedade, de suas Obrigações e criando hábitos para a resolução de conflitos, respeitando regras que, ao abrigo dos princípios democráticos, explicam o funcionamento interno da nossa sociedade.

Cumpre-me aqui salientar a importância de levar a nossa História à escola, identificando os seus Heróis e recuperando a sua dimensão científica e educativa. Ao mesmo tempo, não podemos esquecer a dimensão multicultural da nossa sociedade pois será importante desenvolver atitudes de empatia e solidariedade. Proporcionando conhecimentos históricos, ao mesmo tempo que se desejam adquirir outros relacionados com a História do país de cada estrangeiro ali presente, ajudarão os alunos a adoptar posturas positivas que os ajudarão a uma melhor integração social e capazes de viver em paz consigo e com os outros em respeito mútuo.

Partindo destas premissas será mais fácil especificar objectivos para esta Área.

Sugestão de alguns Objectivos para esta Área Disciplinar:

- Adquirir conhecimentos de História de Portugal
- Conhecer costumes e valores que caracterizam a cultura portuguesa
- Conhecer o funcionamento da Democracia Portuguesa
- Compreender os mecanismos que regem o funcionamento do Estado de Direito e suas instituições com especial atenção para as Portuguesas e Europeias
- Adoptar posturas críticas frente às actuações que atentam contra os valores, tais como: a paz, a liberdade, a justiça, a igualdade e o pluralismo
- Conhecer e assumir os seus principais direitos e deveres como cidadãos portugueses e europeus
- Detectar, analisar e criticar os problemas que vive a cidadania portuguesa e europeia - violência, saúde, imigração, xenofobia, desequilíbrios económicos, ausência de valores... etc., assumindo a sua parte de responsabilidade para uma possível solução
- Reconhecer, na sociedade, situações injustas e anti democráticas que violam os direitos do cidadão. Reflectir e debater sobre elas com atitudes dialogantes sabendo ouvir e emitindo opiniões de forma razoável e respeitando as opiniões dos outros.
- Propor soluções possíveis e estabelecer consenso para levar a cabo iniciativas comuns
- Compreender o compromisso de cada cidadão para com a sociedade e reconhecer a importância de uma participação activa em todas as esferas da vida nacional
- Desenvolver atitudes comprometidas com a liberdade, a justiça, a igualdade e os Direitos Humanos, praticar a tolerância e desprezar qualquer tipo de discriminação
- Entender as diferenças culturais como uma contribuição para a riqueza social, económica e cultural

Depois de exemplificar alguns Objectivos fácil será seleccionar e organizar conteúdos que dêem resposta à sua concretização.

Metodologia

A metodologia a seguir neste processo deve ter, essencialmente, um cariz activo, dinâmico, participativo e vivido no campo social. Uma metodologia vivencial, com experiências de campo e atitudes práticas e reais, desde uma perspectiva inclusiva na sociedade escolar, familiar e comunitária aplicando os conhecimentos em acções pontuais.

Discussões deverão ser levadas a cabo sobre situações específicas com sugestões para possíveis soluções.

5. Conclusões

Apenas quatro afirmações, postas de forma solta, como maneira de concluir:

- Apostar na formação de Professores
- Comprometimento de todos os responsáveis pela Educação
- Criação de ambiente propício ao bom trabalho e onde todos se encontrem com objectivos idênticos
- Motivação, inovação e doação com espírito crítico e esclarecido

Que este Artigo faça, pelo menos, reflectir a quem o ler se nada mais for possível.

Bibliografia

- Blasco, J. (2001). *Valores y Actitudes en la Educación*. Valência: Tirant Lo Blanch.
- CNE (2003). *As Bases da Educação*. Lisboa: Conselho Nacional de Educação.
- Henriques, M. (1999). *Educação para a Cidadania*. Porto: Porto Editora.
- Lourenço e Paiva, A. (2004). *Disrupção Escolar*. Porto: Porto Editora.
- Monteiro, A. (2001). *Educação da Europa*. Vila Nova de Famalicão: Editores S.A.
- Morral, Ferran Pólo (2004). *Hacia un Curriculum para una Ciudadanía Global*, Barcelona: Intermón Oxfam.
- Relatório Mundial sobre a Educação (2000). *O Direito à Educação*. Porto: ASA.
- Torres, Esther López (2005). *La "liberalización" de la Geografía y la Historia a través de la presencia de los "problemas relevantes" en la Educación para la ciudadanía*. Valladolid.

Résumé

Dans ce petit texte, c'est mon intention de faire d'ailleurs quelques provocations basées aux affirmations exposées, présenter quelques données qui en réfléchissant la réalité nous méritent une discussion et, probablement, quelques suggestions.

Cette réflexion est provoquée par des angoisses, un certain désenchantement et incroyance par le développement Educationnel dans ce pays. Élever n'est pas, seulement, instruire ou transmettre beaucoup de connaissance à l'individu, mais lui faciliter un développement global et harmonieux.

Ainsi, ma réflexion et mon inquiétude font poser quelques questions :

- Quelle est la fonction de l'École ?
- Quelles sont les mesures à adopter pour la réalité multiculturelle et quelle sera la formation de l'Enseignant afin d'en répondre efficacement ?
- Comment créer une citoyenneté responsable et multiculturelle ?
- Quel devra être le Curriculum ?

J'aimerais que cet Article fasse, au moins, réfléchir ceux qui le lisent

Abstract

It is my intent, with this small written text, to provoke a reaction by affirmations made. To present data which, mirroring reality, deserve some discussion and possibly, some suggestions.

This contemplation arises from an anxious feeling, a certain disenchantment and disbelief in the Educational development in this country. To educate is not only to instruct nor is it the gift knowledge but it is to offer an individual a global and harmonious development.

My ponderance and inquietude make me ask:

- What is the function of the school?
- What policies do we adopt to this multicultural reality and how do we equip the teacher to respond effectively?
- How to create a responsible citizen within the multicultural reality?
- And what about school curriculum?

My hope is that this article will, if nothing else, make people mediate on the situation.